





continuação...  
a Companhia e suas controladas inicialmente mensuraram um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro negociado em mercado de liquidez ativa. Os custos de transação são aqueles que não contêm um componente de financiamento significativo, ou para as quais a Companhia e suas controladas tenham aplicado o expediente prático, são mensurados pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente, equivalente ao custo 9. Para que o valor financeiro seja classificada e mensurado pelo custo amortizado ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam exclusivamente gerados por principal e de juros (também referido como teste de "SPPT") sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. O modelo de negócios da Companhia e suas controladas para administrar ativos financeiros se refere a como gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia e suas controladas se comprometem a comprar ou vender o ativo. Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados, pela Companhia e suas controladas, em duas categorias: "Ativos financeiros ao custo amortizado"; "Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. A Companhia e suas controladas mensuram os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) o ativo financeiro foi mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro não apresentam um balanço de pagamentos de fluxos de caixa que constitua, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou compra no curto prazo. Derivativos, inclusive derivativos embutidos separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros derivativos, nem contabilidade de "hedge". Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida ser classificados pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados pelo valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se isso eliminar, ou reduzir significativamente, um dessacramento contábil. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço de pagamentos de fluxos de caixa, ele avalia se e em que medida, retém os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferem nem retiveram substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiram o controle do ativo, a Companhia e suas controladas continuam a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento contínuo. Neste caso reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflete os direitos e as obrigações relativos pela Companhia e suas controladas. O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia). **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia e suas controladas reconhecem uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não delatados pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia e suas controladas esperam receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluem fluxos de caixa da venda de garantias deitadas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. **Passivos financeiros:** Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados, pela Companhia e suas controladas, em duas categorias: "Passivos financeiros ao custo amortizado"; "Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidas na demonstração do resultado. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contrólados e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou taxa na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação deixa de ser reconhecida no passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **Compensação de instrumentos financeiros:** Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores recebidos e a Companhia tiver o direito de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **3.16. Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03(R2)/IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo IASB. **3.17. Demonstração do Valor Adicional ("DVA"):** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e suas controladas e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e informações suplementares às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia e suas controladas, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para perda de créditos), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (participação nos lucros de controladas, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios. **3.18. Segmentos operacionais:** Administração da Companhia baseia suas decisões em relatórios financeiros preparados pelos mesmos critérios usados na preparação e divulgação destas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras são usadas pela Administração para tomada de decisões sobre alocações de recursos e avaliação de desempenho. Portanto, a Administração concluiu que opera em um único segmento operacional e, portanto, considera que divulgações adicionais sobre segmentos não são necessárias. **4. Julgamentos, Estimativas e Premissas Contábeis Significativas: 4.1. Julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros. **4.2. Valores úteis dos bens: Estimativas e premissas:** a) **Ativo imobilizado e do ativo intangível:** A Companhia e suas controladas revisam as vidas úteis estimadas dos bens do ativo imobilizado e intangível anualmente no final de cada exercício. Durante o exercício corrente, como resultado desta avaliação, a Administração estabeleceu que as vidas úteis dos seus bens imobilizados e intangíveis se mantiveram inalteradas quando comparadas com aquelas adotadas nos exercícios comparativos. b) **Tributos:** A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis e, quando aplicável, para possíveis consequências de fiscalizações por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência em fiscalizações fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributada e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos. Adicionalmente, impostos a recuperar são reconhecidos à medida que a Companhia possui expectativa de realização de seus saldos por compensação com outros tributos. c) **Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas:** A Companhia e suas controladas reconhecem provisão para causas tributárias, civis e trabalhistas, quando aplicável. A avaliação da provisão de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das Leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais, e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. d) **Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares no mercado de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia e suas controladas ainda não tenham se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorariam a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. e) **Cálculo da provisão para perdas:** Ao mensurar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas usam informações razoáveis e disponíveis sobre a situação econômica e financeira atual e a perspectiva de melhoria futura de fatores econômicos diferentes e como esses fatores irão afetar uns aos outros. A perda por inadimplência é uma estimativa da perda resultante de inadimplência. Ela se baseia na diferença entre os

fluxos de caixa contratuais devidos e aqueles que o credor esperaria receber, levando em consideração os fluxos de caixa de garantias e as melhorias de crédito totais. A probabilidade de inadimplência é um dado importante para a mensuração da perda de crédito esperada. A probabilidade de inadimplência é uma estimativa aplicada durante um período de tempo específico, cujo cálculo inclui dados históricos, premissas e expectativas de condições futuras. Aumento significativo no risco de crédito impacta a perda de crédito esperada. Ao avaliar se o risco de crédito de um ativo aumentou significativamente, a Companhia e suas controladas levam em consideração informações acerca do futuro qualitativas e quantitativas razoáveis e comprováveis. f) **Mensurações do valor justo e processos de avaliação:** Alguns dos ativos e passivos da Companhia e suas controladas podem ser mensurados pelo valor justo para fins de elaboração das demonstrações financeiras. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados observáveis do mercado na medida em que estejam disponíveis. Quando não há informações de nível 1 disponíveis, outras técnicas de avaliação são utilizadas e informações adequadas ao modelo. Os ativos adquiridos líquidos dos passivos assumidos em combinações de negócio têm seus valores justos mensurados na data da aquisição. Determinadas premissas são adotadas pelos avaliadores para determinação de valores justos. A contraprestação contingente em combinações de negócios e ativos financeiros não derivativos mantidos para negociação são parcialmente sensíveis a mudanças em um ou mais dados observáveis considerados razoavelmente possíveis no próximo exercício. g) **Mensurações das taxas de desconto de arrendamentos:** As taxas de desconto aplicadas na mensuração dos direitos de uso e passivos de arrendamento foram definidas pela Companhia considerando as taxas incrementais, uma vez que os contratos firmados não possuem a informação da taxa implícita. Para determinação das taxas incrementais, utilizadas como taxa de desconto, a Companhia utilizou informações dos contratos de arrendamento, e adotou premissas, tais como a estrutura de capital da Companhia e o risco do ambiente econômico do país. **4.3. Normas e interpretações já adotadas pela Companhia e suas controladas:** A seguir estão apresentadas as normas novas e revisadas que passaram a ser aplicáveis a partir de 01/01/2021: • Alterações no CPC 06/IFRS 16 - Benefícios relacionados a Covid-19 concedidos para arrendamentos em contrato de arrendamento; e • Alterações ao CPC 48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16 - Reforma da taxa de juros referente ao CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16 - Reforma da taxa de juros referente ao CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16 não resultou em impacto relevante sobre as divulgações ou valores divulgados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **4.4. Normas e interpretações que ainda não estão em vigor:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do ano, estão descritas a seguir. O Grupo Superbil pretendia adotá-las, se entretanto, quando entrarem em vigor. • IFRS 17 - Contratos de seguro, que entrará em vigor a partir de 01/01/2023; • Alteração na norma IAS 16 Imobilizado - Classificação do resultado gerado antes do imobilizado estar em condições projetadas de uso. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições projetadas de uso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em 01/01/2022; • Melhorias anuais nas Normas IFRS 2018-2020 efetiva para exercícios iniciando em 01/01/2022. Estas alterações nas normas IFRS 1 abordando aspectos de primeira adoção em uma controlada; IFRS 9 abordando o critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; IFRS 16, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil e IAS 41, abordando aspectos de mensuração do ativo justo. • Alteração na norma IFRS 3 - inclui alinhamentos conceituais desta norma com a estrutura conceitual das IFRS. As alterações à IFRS 3 são efetivas para períodos iniciados em ou após 01/01/2022; • Alteração na norma IAS 1 - Esta alteração esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante. Alteração à IAS 1 efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; e • Alteração na norma IFRS 4 - Extensão das isenções temporárias da aplicação da IFRS 9 para seguradoras. Esclarece aspectos referentes a contratos de seguro e à isenção temporária de aplicação da norma IFRS 9 para seguradoras. Alteração à IFRS 4 efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023. A administração da Companhia está estudando os eventuais efeitos na adoção das referidas normas, no entanto, não é esperado impacto relevante sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia em períodos futuros. **5. Caixa e Equivalentes de Caixa:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
Caixa	-	-	7	950
Conta corrente	3	1	49.544	33.334
Aquisições financeiras	4.470	1.219	65.073	33.999
<b>Total</b>	<b>4.473</b>	<b>2.220</b>	<b>114.624</b>	<b>68.283</b>
As aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários - CDB em renda fixa. O rendimento médio em 2021 e 2020 foi de 100% do CDI.				
<b>6. Contas a Receber:</b>				
	Controladora		Consolidado	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
Repasses a receber - nacional	-	-	186	542
Repasses a receber - exterior	-	-	1.525	3.053
PCLD - Repasses exterior	-	-	(171)	(143)
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.540</b>	<b>3.452</b>
<b>Repasses a receber:</b> Os repasses incluem as faturas do bem vendido, a comissão e as taxas de administração devidos pelo arrematante. Apenas após o recebimento dos repasses o bem arrematado pode ser retirado. Até abril de 2020 todo o valor financeiro das operações era intermediado pelos bancos. Os ativos financeiros são passivos financeiros responsáveis por realizar o repasse do valor do bem arrematado aos comitentes (vendedores) e as comissões e taxas ao Grupo Superbil. Desta forma, os valores de repasses a receber nacionais são a esta data, em sua maioria, devidos por estes liquidantes independentes. A partir de 2021 o Grupo Superbil passou a concentrar na S4Payments, empresa de meios de pagamento exclusiva para compradores e vendedores, a cobrança, arrecadação e repasse de lotes e comissões recebidos pelos agentes de venda atuantes no Superbil Marketplace. Os repasses nacionais destes lotes arrecadados passaram a ser devidos diretamente pelos arrematantes e não mais pelos leiloeiros, cabendo à S4Payments a consolidação e transferência de valores e comissões recebidas aos seus respectivos favorecidos. A exceção deste processo são os valores devidos em arrematações judiciais, algumas vendas realizadas pela administração pública que dependem de alterações de procedimento e alguns clientes privados ainda em fase de ajuste operacional. Nas operações com as Empresas LATAM não há a interme-				

	Controladora		Consolidado	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
Imposto diferido sobre diferenças temporárias ativas, prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	-	-	1.260	1.229
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.260</b>	<b>1.229</b>
<b>Passivo</b>				
	Controladora		Consolidado	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
IRPJ e CSLL sobre ativo (a)	-	-	7.129	3.564
Impostos diferidos - Latam	-	-	2	2
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>7.131</b>	<b>3.566</b>
(a) Passivo fiscal diferido por diferenças temporárias tributáveis relacionadas ao ativo na combinação de negócios realizada entre a MaisAtivo e SOLD (ver também nota explicativa nº11). O passivo é reconhecido à medida em que o ativo é amortizado para fins de apuração do IRPJ e da CSLL.				
<b>10. Outros Valores a Receber:</b>				
	Controladora		Consolidado	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
Caupês - aluguel	-	-	721	500
Venda de participação societária (a)	650	848	650	848
Cláudio Rubens	-	-	-	235
Outros valores a receber	1.215	117	1.070	292
<b>Total</b>	<b>650</b>	<b>848</b>	<b>1.516</b>	<b>1.875</b>
Circulante				
	650	198	536	725
Não circulante	500	650	980	1.150
(a) Saldo a receber relativo à venda de 99% do capital social da S4A, com vencimentos até 2024, conforme nota explicativa nº11. <b>11. Investimentos:</b> Os investimentos são representados pelos saldos a seguir:				
	Controladora		Consolidado	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
S4PCobrança	-	-	998	-
S4Payments	1.088	191	-	-
MaisAtivo	17.105	8.792	-	-
SBWS	9.115	10.147	-	-
Peru	4.048	1.967	-	-
Colômbia	4.616	3.282	-	-
Argentina	5.624	3.084	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>41.596</b>	<b>28.461</b>	-	-
Particip. em não controlada (a)	22	22	22	22
Obras de arte	-	-	20	20
<b>Total</b>	<b>41.618</b>	<b>28.483</b>	<b>42</b>	<b>42</b>
<b>Provisão para perda em investimentos</b>				
	Controladora		Consolidado	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
Solutiôna	(1.192)	(2.406)	-	-
Chile	(378)	(3.682)	-	-
<b>Total</b>	<b>(1.570)</b>	<b>(6.090)</b>	-	-
(a) Participação na empresa SB Argentina S.A ("SBA"). Em 2016 o Grupo Superbil adquiriu com encerramento de suas atividades comerciais, mantidas vendidas para administração pública, que se estende até hoje. <b>4. Movimentação dos saldos de investimentos:</b> As movimentações nos saldos das controladas estão demonstradas a seguir.				

	Valores contábeis		Ajustes de valor justo		Valores justos	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Ativos	-	-	-	-	-	-
Caixa e equivalentes	-	-	-	-	-	-
Integralizações de capital em parcelas	-	1.230	1.230	1.230	-	-
Ativo circulante	-	1.230	1.230	1.230	-	-
Imobilizado	3	-	-	-	3	-
Intangível	232	803	1.035	1.035	1.267	1.838
Ativo não circulante	235	803	1.038	1.038	1.273	1.838
<b>Passivos</b>	<b>89</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>89</b>	<b>89</b>	<b>-</b>
Empréstimos	1	-	-	-	1	-
Fornecedores	8	-	-	-	8	-
Obrigações tributárias	1	-	-	-	1	-
Adiantamento de clientes	1	-	-	-	1	-
Múltiplos sócios	71	-	-	-	71	-
Outras obrigações	2	-	-	-	2	-
Passivo Circulante	165	-	-	-	165	-
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>200</b>	<b>-</b>	<b>200</b>	<b>-</b>	<b>200</b>	<b>-</b>
Capital social	200	-	200	-	200	-
Prejuízos acumulados	(130)	-	(130)	-	(130)	-
Ajustes a mercado	-	-	2.033	-	2.033	-
Patrimônio líquido	70	-	2.033	-	2.103	-
Ativos adquiridos, líquidos dos passivos assumidos	70	-	2.033	-	2.103	-

Ativos e passivos assumidos na data de aquisição foram: **Ativos:** **Em 01/07/2020** **Valores contábeis** **Ajustes de valor justo** **Valores justos** **Ativos** **Caixa e equivalentes** **-** **-** **-** **-** **Integralizações de capital em parcelas** **-** **1.230** **1.230** **Ativo circulante** **-** **1.230** **1.230** **Imobilizado** **3** **-** **-** **-** **Intangível** **232** **803** **1.035** **1.035** **Ativo não circulante** **235** **803** **1.038** **1.038** **Passivos** **89** **-** **-** **89** **Empréstimos** **1** **-** **-** **-** **Fornecedores** **8** **-** **-** **-** **Obrigações tributárias** **1** **-** **-** **-** **Adiantamento de clientes** **1** **-** **-** **-** **Múltiplos sócios** **71** **-** **-** **-** **Outras obrigações** **2** **-** **-** **-** **Passivo Circulante** **165** **-** **-** **-** **Patrimônio Líquido** **200** **-** **200** **-** **Capital social** **200** **-** **200** **-** **Prejuízos acumulados** **(130)** **-** **(130)** **-** **Ajustes a mercado** **-** **-** **2.033** **-** **Patrimônio líquido** **70** **-** **2.033** **-** **Ativos adquiridos, líquidos dos passivos assumidos** **70** **-** **2.033** **-** **2.103**

A movimentação do direito de voto a seguir:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Atualização monetária de controladora no exterior	Ajuste de conversão	Direito de voto	Direito de voto
Móveis	12.490	99	(750)	286
Equipamentos	107	1.279	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>12.597</b>	<b>1.378</b>	<b>(750)</b>	<b>286</b>
<b>Amortização acumulada: Imóveis</b>	<b>(3.903)</b>	<b>(3.081)</b>	<b>651</b>	<b>(136)</b>
Equipamentos	(70)	(348)	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>(3.973)</b>	<b>(3.429)</b>	<b>651</b>	<b>(136)</b>
<b>Total</b>	<b>8.624</b>	<b>(2.051)</b>	<b>99</b>	<b>(88)</b>

	31/12/2021		31/12/2020	
	Atualização Monetária	Ajuste de conversão	Direito de voto	Direito de voto
Móveis	11.505	6.675	(5.770)	171
Equipamentos	107	1.279	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>11.612</b>	<b>6.675</b>	<b>(5.770)</b>	<b>171</b>
<b>Amortização acumulada: Imóveis</b>	<b>(35)</b>	<b>(35)</b>	<b>-</b>	<b>(70)</b>
<b>Subtotal</b>	<b>(3.259)</b>	<b>(3.850)</b>	<b>3.120</b>	<b>(42)</b>
<b>Total</b>	<b>8.353</b>	<b>2.825</b>	<b>(2.650)</b>	<b>(49)</b>

	31/12/2021		31/12/2020	
	Atualização Monetária	Ajuste de conversão	Imobilizado	Imobilizado
Custo acumulado	2.834	(2.225)	53	22
Depreciação acumulada	1.262	(609)	38	27
<b>Subtotal</b>	<b>284</b>	<b>(240)</b>	<b>61</b>	<b>49</b>
Máquinas e equipamentos	244	(162)	-	-
Instalações	246	(246)	-	-
Beneficiárias em imóveis de terceiros	2.740	(2.764)	-	-
Equipamentos de telefonia	136	(102)	2	-
Veículos	639	(332)	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>8.485</b>	<b>(6.717)</b>	<b>161</b>	<b>102</b>
Outros	17	-	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>17</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>17</b>
<b>Total</b>	<b>8.502</b>	<b>(6.717)</b>	<b>161</b>	<b>102</b>



